PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

XXXIV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA - 1ª Etapa – 1º/novembro/2009

BLOCO II (Questões de 51 a 100) – PROVA DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO CIVIL E DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinqüenta) questões.
2. Confira se o seu caderno está completo, solicitando outro aos fiscais, caso necessário.
3. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
4. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal e devolva-a na entrega da prova.
5. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
6. Durante a realização das provas não serão permitidos: qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito; o uso de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações e o porte de arma.
7. Reputar-se-ão erradas as questões que contenham mais de uma resposta e as rasuradas, ainda que inteligíveis.
8. Não haverá substituição da Folha de Respostas.
9. Será automaticamente eliminado do concurso o candidato que for encontrado, durante a realização da prova, portando telefone celular, "pager" ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação, bem como de computador portátil, inclusive "palms" ou similares e máquina datilográfica dotada de memória, mesmo que desligados ou sem uso.
10. Não será permitido ao candidato fumar nas dependências da Faculdade de acordo com a Lei Estadual nº 13.541, de 07 de maio de 2009.
11. Os 2 últimos candidatos, que permanecerem na sala, deverão aguardar o recolhimento da última prova para, então deixarem juntos o local.
12. A prova tem duração de quatro (04) horas.
13. Aguarde a ordem para abrir o caderno de questões.

COMISSÃO DO CONCURSO

Desembargador Decio Sebastião Daidone - Presidente do Tribunal e da Comissão do Concurso
Desembargador Luiz Antonio Moreira Vidigal
Advogado Ari Possidonio Beltran - Representante da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA
TITULARES

Desembargadora Lizete Belido Barreto Rocha - Presidente da Comissão
Juiz Antero Arantes Martins
Advogada Ana Amélia Mascarenhas Camargos - Representante da OAB

SUPLENTES

Juíza Maria Cristina Christianini Trentini
Juiz Maurício Miguel Abou Assali
Advogado Wanderley de Oliveira Tedeschi – Representante da OAB

Obs.: O gabarito desta prova será publicado no dia 04 de novembro de 2009, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no endereço eletrônico www.trtsp.jus.br.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 51 – Relativamente à Comissão de Conciliação Prévia o Excelso Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que:

A) É inconstitucional a norma jurídica que criou a Comissão de Conciliação Prévia.
B) É inconstitucional a interpretação que exige a submissão da demanda à Comissão de Conciliação Prévia antes da interposição da ação.
C) A matéria não adentra ao campo da constitucionalidade, cabendo a interpretação exclusivamente à Justiça do Trabalho, sendo impossível discutir o tema naquela Corte.
D) Há necessidade de submissão da demanda à Comissão de Conciliação Prévia antes da propositura da ação trabalhista e sua ausência acarreta em extinção do feito por falta de condição da ação.
E) Há necessidade de submissão da demanda à Comissão de Conciliação Prévia antes da propositura da ação trabalhista e sua ausência acarreta em extinção do feito por ausência de pressuposto processual.

QUESTÃO 52 – No que tange à competência da Justiça do Trabalho, analise:

I. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas das relações de trabalho, inclusive aquelas decorrentes da cobrança de honorários por profissionais liberais aos seus clientes, consoante entendimento sumulado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça.
II. Compete à Justiça do Trabalho julgar *"habeas data"* quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua competência.
III. Compete à Justiça do Trabalho processar os executivos fiscais que visem a cobrança das multas administrativas aplicadas pela fiscalização do trabalho aos empregadores.
IV. Não compete à Justiça do Trabalho julgar as ações de indenização por dano moral e material, inclusive a decorrente de acidente de trabalho que levou o trabalhador a óbito, promovida pela viúva e seus herdeiros.
V. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores

Da análise das sentenças acima, é de se concluir que:

A) Todas as assertivas são falsas.
B) Somente a assertiva I é verdadeira.
C) Somente as assertivas II, III e V são verdadeiras.
D) Somente as assertivas I e IV são verdadeiras.
E) Somente as assertivas II e III são falsas.

QUESTÃO 53 – Ao verificar que uma determinada ação foi distribuída à Justiça do Trabalho e esta é absolutamente incompetente em razão da matéria para a totalidade de seu objeto o juiz deve:

A) Remeter desde logo os autos ao juízo que entender competente.
B) Aguardar provocação da parte contrária pela via da exceção de incompetência, para somente se tal ocorrer, determinar a remessa dos autos ao juízo que entender competente.
C) Suscitar conflito de competência em face da parte autora e enviar os autos ao Colendo Superior Tribunal de Justiça.
D) Extinguir desde logo o feito sem resolução do mérito por ausência de pressuposto processual.
E) Aguardar a contestação do reclamado e, em havendo preliminar de incompetência, extinguir o feito sem resolução do mérito por ausência de pressuposto processual.

QUESTÃO 54 – Numa determinada reclamação trabalhista, por ocasião da audiência UNA, compareceu o advogado da reclamada munido de procuração, defesa escrita e documentos, estando, entretanto, ausente injustificadamente o preposto. Nesta situação, segundo entendimentos sumulados do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, o Juiz deve:

A) Receber a defesa e aplicar a pena de confissão à reclamada ausente.
B) Permitir que o advogado atue também como preposto, desde que seja empregado da reclamada.
C) Não receber a defesa e declarar a revelia da reclamada.
D) Nomear uma das testemunhas presentes da reclamada como preposto "*ad hoc*".
E) Adiar a audiência para preservar o Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório.

QUESTÃO 55 –Segundo interpretação do Colendo Tribunal Superior do Trabalho o preposto deve, necessariamente:

A) Ser empregado da parte reclamada e ter presenciado os fatos controvertidos, apenas.
B) Ser empregado da parte reclamada, salvo nos casos de trabalho doméstico ou se o empregador for micro ou pequeno empresário.
C) Ser empregado da parte reclamada, salvo nos casos de trabalho doméstico.
D) Ser empregado da parte reclamada em demanda de qualquer natureza.
E) Não precisa ser empregado, bastando que tenha conhecimento dos fatos por qualquer meio.

QUESTÃO 56 – Assinale a alternativa correta:

A) Nos termos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, ao receber a petição inicial a Secretaria da Vara deve enviar os autos imediatamente ao juiz para realização do juízo de admissibilidade da ação.

B) No Processo do Trabalho o juiz tem contato com a petição inicial apenas em audiência e é nesta oportunidade que deve realizar o juízo de admissibilidade da ação, determinando, inclusive, quando for o caso, a emenda à peça vestibular se a hipótese versar sobre vícios insanáveis.
C) É incorreto determinar a emenda à petição inicial na audiência, posto que a esta altura o réu já foi citado, não se admitindo a alteração da "*litiscontestatio*" em nenhuma hipótese.
D) A emenda à petição inicial, após a citação do réu, depende da concordância expressa deste.
E) Constatada a ausência de documento essencial, o indeferimento da petição inicial somente é cabível se, após intimada para suprir a irregularidade em 10 (dez) dias, a parte não o fizer.

QUESTÃO 57 – Analise as seguintes proposições:

I. No Processo do Trabalho há previsão de preclusão da nulidade, se a parte não apresentar seu inconformismo na primeira oportunidade que tiver que se manifestar em audiência ou nos autos.
II. A manifestação de inconformismo não tem forma prevista em Lei, tendo os usos e costumes consagrado a utilização da expressão "protesto" ou "protesto anti-preclusivo".
III. Apresentados os "protestos" em audiência, cabe ao juiz analisar a oportunidade e conveniência de seu registro em ata, podendo decidir pelo não registro de tal manifestação se os "protestos" forem manifestamente impertinentes.
IV. Ao interpor seu recurso à Instância Superior a parte deve renovar a manifestação de inconformismo, sob pena de preclusão, e, ainda, demonstrar o efetivo prejuízo que decorre da decisão judicial impugnada sob pena de rejeição da argüição.
V. Ao apresentar os "protestos" há exigência legal que a parte faça acompanhar os fundamentos desta manifestação de inconformismo, indicando os dispositivos legais e/ou constitucionais violados pela decisão impugnada.

Diante das proposições supra, assinale:

A) Todas as assertivas são verdadeiras.
B) Somente as assertivas I, II e IV são verdadeiras.
C) Somente as assertivas I, III e V são verdadeiras.
D) Somente as assertivas I e IV são verdadeiras.
E) Somente as assertivas II e III são falsas.

QUESTÃO 58 – Segundo previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, na audiência, ao término da instrução processual o juiz deve:

A) Renovar a proposta conciliatória e, se infrutífera esta, conceder às partes o prazo sucessivo de 05 (cinco) dias para razões finais, designando o julgamento para outra data.

B) Renovar a proposta conciliatória e, se infrutífera esta, conceder às partes o prazo de dez minutos sucessivos para razões finais e, ao final, designar data de julgamento, salvo se o feito tramitar pelo rito sumaríssimo, quando o julgamento será proferido de imediato.
C) Conceder a cada parte o prazo de dez minutos para razões finais, renovar a proposta conciliatória e, se infrutífera esta, proferir o julgamento de imediato, independentemente do rito pelo qual tramita o processo.
D) Conceder a cada parte o prazo de dez minutos para razões finais em se tratando de rito ordinário e cinco minutos em se tratando de rito sumaríssimo, renovar a proposta conciliatória e, se infrutífera esta, proferir o julgamento de imediato, independentemente do rito pelo qual tramita o processo.
E) Conceder a cada parte o prazo de dez minutos para razões finais em se tratando de rito ordinário e cinco minutos em se tratando de rito sumaríssimo, renovar a proposta conciliatória e, se infrutífera esta, designar data de julgamento, salvo se o feito tramitar pelo rito sumaríssimo, quando o julgamento será proferido de imediato.

QUESTÃO 59 – Assinale a alternativa incorreta:

A) É admissível recurso interposto por advogado que não tenha instrumento de mandato nos autos, desde que conte com mandato tácito.
B) No Processo do Trabalho há mandato tácito quando o advogado acompanha a parte à audiência e não conta com mandato expresso.
C) O advogado que conta com mandato tácito não pode substabelecer.
D) Qualquer ato praticado no Processo do Trabalho por advogado sem mandato, tácito ou expresso, pode ser ratificado no prazo de 15 dias, prorrogável por mais 15 dias, nos termos da Lei e, em assim ocorrendo, será considerado válido.
E) Cabe ao advogado comunicar a parte da renúncia do mandato, devendo, ainda, permanecer na defesa dos interesses de seu constituinte no prazo de 10 (dez) dias após a ciência do mesmo.

QUESTÃO 60 –Assinale a alternativa incorreta:

A) Garantido o juízo, na fase executória, é inexigível depósito para recorrer. Havendo, porém, elevação do valor do débito, para recorrer, exige-se a complementação da garantia do juízo, sem limite ou teto.
B) Ocorre deserção do recurso pelo recolhimento insuficiente das custas e do depósito recursal, ainda que a diferença em relação ao "quantum" devido seja ínfima, referente a centavos.
C) É ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção. Atingido o valor da condenação, nenhum depósito mais é exigido para qualquer recurso.
D) Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide

E) Os entes públicos da administração direta, autárquica e fundacional, bem como a massa falida e a sociedade em liquidação extrajudicial são dispensados da realização do depósito recursal.

QUESTÃO 61 – Analise as seguintes assertivas:

I. A execução pode ser direcionada ao devedor subsidiário a partir do inadimplemento do devedor principal, não sendo necessário o esgotamento dos bens deste último.
II. O pagamento da dívida pelo devedor subsidiário gera a este o direito de ação de regresso contra o devedor principal, a ser exercida na própria Justiça do Trabalho, já que a hipótese é de cumprimento de sua própria decisão.
III. É possível a inserção de empresa do mesmo grupo econômico da devedora originária apenas na fase executiva do feito, como devedora solidária, sem que tenha participado na fase cognitiva.
IV. É possível a inserção da tomadora de serviços do empregado apenas na fase executiva, como devedora subsidiária, sem que tenha participado na fase cognitiva.
V. Se o executado, procurado por 2 (duas) vezes no espaço de 48 (quarenta e oito) horas, não for encontrado, far-se-á citação por edital, sendo desnecessário exigir que o credor indique a atual localização do devedor.

Diante das proposições supra, assinale:

A) Se todas forem falsas.
B) Se apenas as assertivas I, II e III forem falsas.
C) Se apenas as assertivas I, III e V forem falsas.
D) Se apenas as assertivas II e IV forem falsas.
E) Se apenas as assertivas III, IV e V forem falsas.

QUESTÃO 62 – O advento do art. 897-A da CLT veio a regulamentar na legislação trabalhista a utilização dos embargos declaratórios. A expressão legal "*...admitido efeito modificativo da decisão...*" significa:

A) Absolutamente nada, posto que ao proferir a decisão o juiz esgota sua jurisdição e só pode alterá-la para sanar erro material.
B) Trata-se de instrumento processual inovador que permite ao juiz rever sua própria decisão, quando houver erro de julgamento.
C) Atribuiu caráter infringente aos embargos declaratórios na ocorrência de manifesto equívoco no exame de fatos e provas, mas é inaplicável para nova análise do direito invocado.
D) Permite ao juízo prolator da decisão a modificação de seu resultado quando esta decorrer de omissão ou contradição, não podendo fazê-lo, entretanto, na hipótese de erro de julgamento.
E) Visou garantir o duplo grau de jurisdição para os chamados processos de "alçada" que não admitem a interposição de qualquer recurso.

QUESTÃO 63 –Analise as proposições abaixo:

I. Há competência da Justiça do Trabalho para execução de contribuições previdenciárias resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido em Juízo, segundo expressa previsão da Consolidação das Leis do Trabalho.
II. A competência da Justiça do Trabalho para execução de contribuições previdenciárias limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário-de-contribuição, segundo entendimento sumulado pelo Colendo Tribunal Superior do Trabalho, afastando, assim, a execução sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido em Juízo.
III. A Constituição Federal estabelece a competência da Justiça do Trabalho para execução das contribuições previdenciárias decorrentes das sentenças que proferir de forma genérica, sem especificar a natureza condenatória ou declaratória da decisão a ser executada.
IV. O Excelso Supremo Tribunal Federal tem entendimento firmado no sentido de que a competência da Justiça do Trabalho para execução das contribuições previdenciárias não prescinde de título executivo que lhe corresponda, concluindo que a sentença declaratória de vínculo de emprego não é título executivo, de sorte que não podem ser executadas na Justiça do Trabalho as contribuições relativas aos salários pagos durante o período contratual declarado na sentença.
V. Em se tratando de ação que tenha por objeto contrato de trabalho devidamente registrado na CTPS, a Justiça do Trabalho não tem competência para conhecer e julgar pedido que trate da regularização das contribuições previdenciárias incidentes sobre os salários pagos ao longo do vínculo de emprego, posto que tais contribuições não decorrem de nenhuma decisão que tenha proferido.

Da análise das assertivas acima, é de se concluir que:

A) Todas estão incorretas.
B) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão incorretas.
C) Apenas as assertivas I, III e V estão incorretas.
D) Apenas as assertivas I e III estão incorretas
E) Todas estão corretas.

QUESTÃO 64 – Designada sessão de audiência para Instrução do feito, com defesa já apresentada em audiência anterior, e tendo sido as partes diretamente intimadas para prestar depoimento na referida sessão, restou ausente a reclamada, mas, presente seu advogado. O juiz aplicou a pena de confissão à reclamada e determinou a colheita do depoimento pessoal do reclamante, obtendo ali confissão expressa. Nesta situação é correto dizer para o julgamento da causa que:

A) Todo procedimento está equivocado, pois o juiz deveria ter decretado a revelia da ré com o desentranhamento da defesa e documentos.
B) A confissão do autor prevalece sobre a confissão da ré, devendo o juiz levar em consideração esta prova quando do julgamento da lide.
C) A confissão da ré, ainda que relativa, somente poderia ser elidida por prova pré-constituída, consoante entendimento sumulado pelo Colendo Tribunal Superior do Trabalho de sorte que o depoimento do autor deve ser desconsiderado.
D) O depoimento pessoal do autor não poderia ser colhido, na medida em que a confissão da ré era absoluta e não admitia prova em contrário.
E) As confissões são de idêntico valor. Confissões opostas e equivalentes anulam-se reciprocamente, cabendo ao juiz julgar o feito pelo ônus da prova.

QUESTÃO 65 – Analise as proposições abaixo:

I. Em processo cujo objeto verse sobre jornada de trabalho é ônus do empregador que conta com mais de dez empregados no estabelecimento trazer aos autos, já com a defesa, e independentemente de intimação específica, os controles de horário, sob pena de presunção de veracidade da jornada de trabalho declarada na exordial.
II. A presunção que decorre da ausência dos controles de horário é absoluta e não pode ser elidida por prova em contrário, salvo se justificada a ausência dos controles de horário por motivo de força maior, quando, então, caberá ao empregador o ônus da prova da jornada de trabalho do empregado.
III. Tendo a petição inicial informado que o reclamante foi dispensado sem justa causa e a contestação negado qualquer dispensa, tem-se que a reclamada apresentou contestação de mérito direta e, por consequência, o ônus da prova do fato negado é do autor.
IV. Em embargos à execução, a alegação é no sentido de que o imóvel penhorado é o único bem do devedor, tratando-se, portanto, de bem de família. Em resposta aos embargos o exeqüente nega a condição de único bem do devedor e, por consequência, a condição de bem de família. Neste caso, tem-se que o embargado apresentou contestação de mérito direta, e o ônus da prova do fato constitutivo (único bem) é do embargante.
V. Pretendendo a reclamante, empregada doméstica, o pagamento de horas extras e tendo a reclamada negado tal direito em face da ausência de previsão legal, o ônus da prova é da reclamada, pois a hipótese é de contestação de mérito indireta.

Da análise das assertivas acima, é de se concluir que:

A) Todas estão incorretas.
B) Apenas a assertiva I é correta.
C) Apenas as assertivas I e II são corretas.
D) Apenas as assertivas I, III e V são corretas.
E) Apenas as assertivas I e IV são corretas.

QUESTÃO 66 -Assinale a alternativa incorreta:

A) A entidade sindical pode impetrar Mandado de Segurança coletivo para defesa de direitos individuais homogêneos de seus representados.
B) É incabível Mandado de Segurança contra ato de gestão praticado pelos administradores de empresas públicas e sociedades de economia mista.
C) Não é possível o pagamento de vencimentos e demais vantagens concedidos ao servidor público vencidos anteriormente à data do ajuizamento do Mandado de Segurança.
D) Concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição, somente se envolver condenação pecuniária.
E) Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a reclassificação ou equiparação de servidores públicos, a concessão de aumento, a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

QUESTÃO 67 – Ao prolatar a sentença o juiz fez constar da fundamentação que a ação fora atingida integralmente pela prescrição bienal. No dispositivo, porém, fez constar que a ação foi julgada improcedente. O autor interpôs recurso ordinário e nas razões recursais trata apenas do mérito da pretensão, sem tecer qualquer argumentação a respeito da prescrição. Pretende o provimento do recurso para que a ação seja julgada procedente. Neste caso é correto dizer que:

A) O recurso ordinário deve ser conhecido pelo Tribunal e declarada a nulidade da sentença, "*ex officio*", em face da contradição insuperável existente entre a fundamentação e o dispositivo.
B) O recurso não deve ser conhecido, eis que o recorrente não ataca os fundamentos da sentença recorrida.
C) O Tribunal Regional deve conhecer do recurso posto que ele ataca o dispositivo e somente este transita em julgado. Constatando, entretanto, a ocorrência da prescrição, pode declara-la "*ex officio*" antes mesmo da análise do mérito do recurso interposto.
D) A análise das razões do recurso constitui o próprio mérito recursal e não está sujeita ao juízo de admissibilidade. Logo, o recurso deve ser conhecido e o mérito da ação julgado, procedente ou improcedente, conforme for o entendimento do órgão revisor.
E) O recurso deve ser conhecido, competindo ao Tribunal Regional conhecer da prescrição apenas se a matéria foi renovada pela reclamada recorrida na resposta ao recurso.

QUESTÃO 68 –Assinale a alternativa incorreta:

A) O ajuizamento de dissídio coletivo exige autorização da categoria, reunida em assembléia, para legitimar o sindicato próprio, e etapa negocial prévia para buscar solução de consenso.

B) É abusiva a greve que se realiza em setores que a lei define como sendo essenciais à comunidade, se não é assegurado o atendimento básico das necessidades inadiáveis dos usuários do serviço, na forma prevista na Lei nº 7.783/89.
C) É desnecessária a homologação, por Tribunal Trabalhista, do acordo extrajudicialmente celebrado, sendo suficiente, para que surta efeitos, sua formalização perante o Ministério do Trabalho.
D) Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 é desnecessário o registro da entidade sindical no órgão competente do Ministério do Trabalho para a comprovação da sua legitimidade "ad processum" na instauração do dissídio coletivo.
E) É pressuposto indispensável à constituição válida e regular do dissídio coletivo a apresentação em forma clausulada e fundamentada das reivindicações da categoria,

QUESTÃO 69 – Analise as assertivas abaixo:

I. É vedada, por expressa disposição legal, a liberação de valores em execução provisória, dispensada caução, em casos que envolvam créditos de natureza alimentar, limitada a sessenta salários mínimos, mesmo que o exeqüente demonstre real necessidade.
II. Visando à garantia da efetividade da prestação jurisdicional e à satisfação dos créditos de natureza alimentar, o legislador, na última reforma implementada na lei processual civil, autorizou a penhora de pequena parte dos instrumentos e das ferramentas necessários para o exercício da profissão do executado; para tanto, o ato judicial que determinar a penhora deve observar o princípio da proporcionalidade, de forma a não inviabilizar o exercício da profissão e o sustento do devedor.
III. É prescindível, para a decretação da prisão civil por dívida, a assinatura do termo de depósito por aquele a quem for atribuído o encargo de fiel depositário, porquanto a validade da penhora, em algumas hipóteses, depende apenas da apreensão do bem móvel constrito, conforme posicionamento jurisprudencial predominante; mesmo assim, tendo em vista que o direito à liberdade trata-se de direito humano fundamental, conforme previsto no Pacto de São José da Costa Rica, tem prevalecido em nossos Tribunais o entendimento de que deve ser necessariamente concedida a ordem de *habeas corpus* ao paciente.
IV. Decisão judicial que determinar a execução quanto às matérias e aos valores delimitados no agravo de petição deve ser impugnada necessariamente por ação cautelar, sendo que o prosseguimento dos atos executórios deve ser obstado por meio de liminar, porquanto cumpriu o agravante a determinação prevista no art. 897, parágrafo 1º da CLT.
V. Segundo expressa disposição legal, a averbação da penhora de bem imóvel no ofício imobiliário é providência dispensável para a presunção absoluta de conhecimento da constrição judicial por terceiros, porquanto a publicidade do ato decorre automaticamente da lavratura do termo de penhora nos autos.
VI. A sentença condenatória, ainda que impugnada por recurso sem efeito suspensivo, valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária, que poderá ser inscrita na forma prescrita na Lei de Registros Públicos.

Das afirmações acima:

A) Todas são incorretas.
B) São corretas apenas as alternativas I, II e VI.
C) São corretas apenas as alternativas I, V e VI.
D) Está correta a alternativa VI.
E) Está correta apenas a alternativa I.

QUESTÃO 70 - Quanto ao ônus da prova analise as seguintes proposições:

I. O Direito Processual pátrio não admite, por regra, o ônus da prova negativo, salvo nas hipóteses de inversão do ônus da prova.
II. No Direito Processual do Trabalho o ônus da prova é sempre do empregador, dada a aplicação do Princípio Protetor que revela a hipossuficiência do empregado.
III. Estando determinada hipótese fática sem prova nos autos, gerando dúvida no espírito do julgador, a decisão deve ser em favor do empregado, pela aplicação do Princípio "*in dubio pro operario*".
IV. O Princípio "*in dubio pro operario*" deve ser aplicado para julgamento em favor do empregado quando houver prova dividida e não na ausência de provas. Na ausência de provas julga-se em desfavor da parte que detinha o ônus da prova.
V. O Princípio "*in dubio pro operario*" não é aplicado no tema relativo ao ônus da prova.

Diante das proposições supra podemos dizer que:

A) Apenas as assertivas I e V são corretas.
B) Apenas as assertivas II e III são incorretas.
C) Apenas as assertivas I e IV são corretas.
D) Apenas a assertiva II é incorreta.
E) Apenas a assertiva I é correta.

QUESTÃO 71 – Relativamente ao rito sumaríssimo é correto dizer:

A) É incabível para ações contra a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, bem como contra as empresas públicas e sociedades de economia mista.
B) Todos os pedidos devem ser certos e determinados, além de indicar o valor da pretensão respectiva, ainda que de natureza meramente declaratória.
C) É aplicável aos dissídios individuais e coletivos, desde que o valor da causa seja igual ou inferior a 40 (quarenta) salários mínimos.
D) Somente admite recurso de revista se a decisão do Tribunal Regional violar a Constituição Federal, Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho ou Súmula do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.
E) Nestes casos o juízo adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e as exigências do bem comum.

QUESTÃO 72 – Analise as proposituras abaixo:

I. Sendo necessário documento a demonstrar o direito líquido e certo do impetrante do Mandado de Segurança e estando este em posse de repartição ou estabelecimento público que se recuse a fornece-lo, o impetrante deverá, antes, mover contra este ação cautelar de exibição de documentos, salvo se o documento estiver em posse da autoridade coatora, quando, então, a exibição poderá ser incidental ao Mandado de Segurança.
II. Denega-se o Mandado de Segurança nos casos previstos pelo art. 267 do Código de Processo Civil, não impedindo que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.
III. Decorrido o prazo para que a autoridade coatora preste as informações, o juiz deve enviar os autos obrigatoriamente ao Ministério Público, para manifestação no prazo improrrogável de 10 (dez) dias.
IV. Se o impetrante criar obstáculos ao andamento normal do Mandado de Segurança após a concessão desta, ou se não promover os atos e diligências que lhe cumprirem por mais de três dias úteis, o juiz decretará a perempção ou caducidade da medida liminar "*ex officio*".
V. A pessoa jurídica de direito público interessada ou o Ministério Público podem requerer ao presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar concedida no Mandado de Segurança. O pedido de suspensão, entretanto, não pode ter como objeto a sentença, a qual deve ser atacada com recurso próprio.

Assinale a correta:

A) Apenas as proposituras I e V são falsas.
B) A assertiva II é falsa.
C) São verdadeiras apenas as assertivas III e V.
D) São verdadeiras apenas as assertivas I e III.
E) As assertivas I e IV são corretas.

QUESTÃO 73 – Analise as seguintes proposições:

I. De regra a tutela antecipada deve ser requerida pela parte, autor ou réu, mas pode ser deferida "*ex officio*" no Processo do Trabalho, conforme norma legal específica.
II. A concessão da tutela antecipada exige, nos termos da Lei, a existência de prova inequívoca que convença o juízo por verossimilhança do fato alegado.
III. Deve a parte demonstrar ao juiz o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação para a concessão da tutela antecipada. Este requisito, entretanto, será dispensável para a concessão da tutela se ficar caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

IV. A concessão ou denegação da tutela antecipada tem natureza de decisão interlocutória e é sempre atacável pela via do Mandado de Segurança, na medida em que, no Processo do Trabalho, não há recurso imediato contra decisões desta natureza.
V. Pode ser concedida no processo a qualquer momento antes do julgamento definitivo, mas não há cabimento para concessão no corpo da sentença, posto que este é o momento adequado para a entrega da tutela jurisdicional definitiva.

Diante das proposições supra, assinale:

A) Todas as assertivas são verdadeiras.
B) Apenas as assertivas I e IV são verdadeiras.
C) Apenas as assertivas III e V são falsas.
D) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
E) Apenas a assertiva V é falsa.

QUESTÃO 74 – Numa hipótese em que a sentença transitou em julgado em setembro de 2.000, condenando a Fazenda Pública no pagamento de diferenças salariais entre 1.993 até 1.997, tendo fixado no seu dispositivo que incidirão "juros de mora na forma da lei" é correto dizer que:

A) Os juros devem ser calculados com base na lei vigente à época da propositura da ação, em face ao Princípio da Irretroatividade das normas.
B) Os juros devem ser calculados com base na lei vigente à época em que foi prolatada a sentença, eis que a Constituição Federal protege a coisa julgada.
C) Os juros devem ser calculados com base na lei vigente à época da infração do direito do trabalhador, em face à proteção ao ato jurídico perfeito.
D) Sendo ilíquida a sentença, os juros são calculados com base na lei vigente à época da liquidação da sentença.
E) Os juros devem ser aqueles previstos na legislação vigente a cada mês do cálculo, sendo que a partir de setembro de 2.001 serão de 0,5% (meio por cento) ao mês, por haver norma expressa a respeito, consoante questão pacificada pela jurisprudência do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, e tal adequação pode ser feita, inclusive, no momento de expedição do precatório.

QUESTÃO 75 – É incorreto dizer que:

A) Segundo o princípio da identidade física do juiz, aquele que participar da instrução deve julgar o processo; segundo entendimento sumulado do C. TST, não é aplicável o referido princípio ao processo do trabalho.
B) Segundo a teoria da "ilicitude por derivação", não pode ser aproveitada na instrução processual a prova obtida a partir de interceptação telefônica realizada sem autorização judicial, sendo que tal prática configura crime previsto no art. 10 da Lei 9296/96.

C) O herdeiro do confidente dispõe de legitimidade para prosseguir em ação anulatória destinada a revogar a confissão obtida por meio de erro ou dolo; em ação rescisória, visando desconstituir sentença transitada em julgado firmada a partir de confissão obtida por meio de coação, o herdeiro não tem legitimidade para sua propositura.
D) O incidente de falsidade documental somente pode ser argüido antes de proferida a sentença. Após proferida a sentença o juiz esgota sua jurisdição e, ademais, a declaração de falsidade é inútil para o deslinde da ação.
E) O juiz poderá, a fim de resgatar a verdade dos fatos e no regular exercício dos poderes instrutórios que lhe são atribuídos, realizar, de ofício ou a pedido da parte, inspeção judicial de pessoas ou coisas, valendo-se inclusive de meios eletrônicos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 76 – Analise as assertivas abaixo quanto ao Conselho Nacional de Justiça:

I. Compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco anos de idade e menos de sessenta e seis anos de idade com mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução.
II. É composto por quinze membros, dentre os quais, dois advogados indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados pelo Senado Federal.
III. Funcionará sob a Presidência do Ministro do Supremo Tribunal Federal indicado para compô-lo, que votará no caso de empate, ficando excluído da distribuição dos processos naquele tribunal.
IV. Tem na sua competência o controle da atuação administrativa e financeira do poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

Diante das proposições supra assinale:

A) Todas as assertivas estão corretas.
B) A assertiva II está incorreta e as demais estão corretas.
C) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
D) A assertiva I está incorreta e as demais estão corretas.
E) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.

QUESTÃO 77 - A Constituição Federal estabelece em favor dos juízes, para que possam manter sua independência e exercer a função jurisdicional com dignidade, desassombro e imparcialidade garantias de independência e de imparcialidade, entre as quais podemos destacar:

I. Vitaliciedade adquirida após dois anos de exercício pelos juízes togados de primeiro grau, dependendo a perda do cargo, neste período, de deliberação do tribunal a que estiverem vinculados.

II. Inamovibilidade que consiste na permanência do juiz no cargo para o qual foi nomeado, podendo, no entanto, ser removido por interesse público em decisão por voto da maioria absoluta do tribunal a que estiver vinculado.
III. Irredutibilidade de subsídio sujeito ao limite máximo previsto no artigo 37 da CF e sujeito ao desconto de Imposto de Renda.
IV. Imparcialidade sob a forma de vedações, como dedicar a atividade político-partidária e exercer a advocacia.

Diante das proposições supra assinale:

A) Todas as assertivas estão corretas.
B) A assertiva II está incorreta e as demais estão corretas.
C) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
D) A assertiva I está incorreta e as demais estão corretas.
E) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.

QUESTÃO 78 – Analisando o seguinte dispositivo à luz da tradicional classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais:

> "Artigo 7º: São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
> ...
> XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei".

È correto afirmar que:

A) Trata-se de norma constitucional de eficácia plena.
B) Trata-se de norma constitucional de eficácia contida.
C) Trata-se de norma constitucional de eficácia limitada.
D) Trata-se de norma constitucional de relativa restringível.
E) Nenhuma alternativa está correta.

QUESTÃO 79 – Analise as seguintes assertivas:

I. Ao empregador é vedada expressamente, na Constituição Federal, a realização de revista íntima, como modalidade de proteção à dignidade humana do trabalhador.
II. A liberdade ao trabalho garantida pela Constituição Federal pode ser excepcionada pelas qualificações profissionais estabelecidas em Lei.
III. A verificação da correspondência eletrônica do empregado, encontrada em seu endereço profissional (e-mail corporativo), constitui violação da garantia fundamental do trabalhador de inviolabilidade de correspondência, prevista na Constituição Federal.
IV. É possível a fixação de limite de idade em concurso público quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido, consoante entendimento sumulado pelo Excelso Supremo Tribunal Federal.

Diante das proposições supra assinale:

A) Somente as assertivas I e III são incorretas.
B) A assertiva III está incorreta e as demais estão corretas.
C) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
D) A assertiva II está incorreta e as demais estão corretas.
E) Todas estão corretas.

QUESTAO 80 – Nos termos da Constituição Federal:

I. Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.
II. Recusando-se qualquer das partes à negociação ou à arbitragem, é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo, podendo a Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho.
III. Cabe à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira.
IV. Cabe ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.

Diante das proposições supra assinale:

A) Todas as assertivas estão corretas.
B) A assertiva II está incorreta e as demais estão corretas.
C) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
D) A assertiva I está incorreta e as demais estão corretas.
E) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.

QUESTÃO 81. Analise as proposituras abaixo e responda:

I. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
II. É facultada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
III. Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
IV. O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV do artigo 37 dos artigos 39, § 4°, 150, II, 153, III, e 153, § 2°, I da Constituição Federal.

Diante das proposições supra assinale:

A) Todas as assertivas estão corretas.
B) A assertiva II está incorreta e todas as demais estão corretas.
C) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
D) A assertiva IV está incorreta e as demais estão corretas.
E) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.

QUESTÃO 82 - Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I. Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
II. Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
III. Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo,
IV. Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
V. Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Diante das proposições supra assinale:

A) Todas as assertivas estão corretas.
B) A assertiva I está incorreta e as demais estão corretas.
C) Estão corretas apenas as assertivas II, III e V.
D) A assertiva 4 está incorreta e as demais estão corretas.
E) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.

QUESTÃO 83 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I. Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
II. Preservar as florestas, a fauna e a flora.
III. Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
IV. Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
V. Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

Diante das proposições supra assinale:

A) Todas as alternativas estão corretas.
B) A alternativa I e III estão incorretas e as demais estão corretas.
C) A alternativa I e IV estão incorretas e as demais estão corretas.
D) A alternativa V está incorreta e as demais estão corretas.
E) A alternativa II está incorreta e as demais estão corretas.

QUESTÃO 84 - Compete privativamente à União legislar sobre:

I. Direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico. Criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.
II. Procedimentos em matéria processual. Previdência social, proteção e defesa da saúde.
III. Assistência jurídica e Defensoria pública.
IV. Direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
V. desapropriação.

Diante das proposições supra assinale:

A) Todas as assertivas estão corretas.
B) A assertiva I está incorreta e as demais estão corretas.
C) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
D) A assertiva V está incorreta e as demais estão corretas.
E) Estão corretas apenas as assertivas IV e V.

QUESTÃO 85 - Nos termos da Constituição Federal, é vedado aos magistrados:

I. Exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
II. Exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
III. Receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo.
IV. Receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.

Diante das proposições supra assinale:

A) Todas as assertivas estão corretas.
B) As assertivas I e IV estão incorretas e as demais estão corretas.
C) As assertivas I e III estão corretas e as demais estão incorretas.
D) A assertiva II está incorreta e as demais estão corretas.
E) A assertiva I está incorreta e as demais estão corretas.

QUESTÃO 86 - Quanto aos direitos individuais previstos no artigo 5°. da Constituição Federal, pode-se destacar que:

I. Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
II. Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
III. São admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
IV. Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
V. Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Diante das proposições supra assinale:

A) A assertiva II está incorreta e as demais estão corretas.
B) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
C) A assertiva III está incorreta e as demais estão corretas.
D) Estão corretas apenas as assertivas I, II e V.
E) A assertiva V está incorreta e as demais estão corretas.

QUESTÃO 87 – Assinale a alternativa correta:

A) A administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve obedecer aos Princípios da Moralidade, Impessoalidade, Eficiência e Publicidade, não se aplicando tais Princípios às empresas públicas e sociedades de economia mista que exerçam atividades econômicas posto que estas estão sujeitas ao regime de direito privado.
B) Somente por lei específica pode ser criada sociedade de economia mista e a criação de subsidiárias desta depende de autorização legislativa.
C) É assegurado ao servidor público o direito de livre associação sindical, mas, o exercício do direito de greve depende de Lei Complementar.
D) A remuneração dos empregados públicos de sociedades de economia mista federais sujeitam-se ao teto remuneratório salarial equivalente ao subsídio pago em espécie aos Ministros do Excelso Supremo Tribunal Federal, na medida em que a empregadora é membro integrante da administração pública indireta da União.
E) O ocupante de emprego público em fundação, ainda que instituída e mantida pelo poder público, não está sujeito às limitações salariais aplicáveis à administração pública em geral, na medida em que as funções são, por definição, entidades sujeitas ao regime do direito privado.

QUESTÃO 88 – Analise as proposituras abaixo e responda:

I. A Constituição Federal define que os créditos de natureza alimentícia não se sujeitam à execução das dívidas da Fazenda Pública pelo regime do Precatório, matéria, inclusive, já sumulada pelo Excelso Supremo Tribunal Federal.

II. Para os fins relativos à execução das dívidas da Fazenda Pública pelo regime do Precatório a Constituição Federal estabelece que os débitos de natureza alimentícia compreendem, dentre outros, aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.
III. Não se sujeitam ao pagamento pela via do precatório os créditos, de qualquer natureza, que forem definidos em Lei como sendo de "pequeno valor", hipótese em que a execução dá-se mediante a expedição de ofício requisitório para pagamento, sob pena de seqüestro.
IV. O precatório deve, obrigatoriamente, ser incluído na previsão orçamentária do ano seguinte e pago ao término do respectivo exercício pelas entidades da administração pública, desde que apresentado até primeiro de julho. A desobediência a este comando constitucional, segundo o entendimento do Excelso Supremo Tribunal Federal, é hipótese de preterição e não de preterimento, e autoriza o imediato seqüestro da importância devida.
V. Constituem dívidas de pequeno valor, segundo o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a importância de 60 (sessenta) salários mínimos para as dívidas da União, 40 (quarenta) salários mínimos para as dívidas dos Estados e Distrito Federal e 20 (vinte) salários mínimos para as dívidas dos Municípios.

Diante das afirmações supra, assinale:

A) Todas são verdadeiras.
B) Apenas as assertivas I e V são falsas e as demais são verdadeiras.
C) Apenas as assertivas II e III são falsas e as demais são verdadeiras.
D) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras e as demais são falsas.
E) Apenas as assertivas IV e V são falsas e as demais são verdadeiras.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 89 – Assinale a alternativa correta, em se tratando da personalidade e capacidade.

A) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: os menores de dezesseis anos; os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo e os que, por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
B) A lei faz distinção entre nacionais e estrangeiros quanto à aquisição e gozo dos direitos civis.
C) O estabelecimento civil ou comercial ou a existência de relação de emprego em que o trabalhador receba um salário mínimo são fatos que fazem cessar a incapacidade para os menores, uma vez que em função deles o menor com dezesseis anos completos pode ter economia própria.
D) Não será registrada em registro público a interdição por incapacidade absoluta ou relativa.

E) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo os direitos do nascituro, a partir de noventa dias de gestação.

QUESTÃO 90 – Analise as proposições abaixo e responda.

I. Salvo as exceções previstas em lei, os direitos de personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo seu exercício sofrer limitação voluntária; podendo o indivíduo lesado requerer tutela inibitória ou reparatória para salvaguardar o seu direito de personalidade.
II. O significado da natureza "não patrimonial" dos direitos de personalidade está consignado na impossibilidade jurídica de requerer indenização em face de sua violação.
III. O Código Civil oferece tutela jurídica ao pseudônimo adotado em face de atentados de terceiros em qualquer circunstância, uma vez que goza da mesma proteção que se dá ao nome.
IV. Somente o titular poderá exigir a cessação da ameaça ou da lesão a seu direito de personalidade, reclamando indenização por perdas e danos, sendo vedadas a qualquer outra pessoa tais possibilidades mesmo na hipótese de falecimento do titular do direito de personalidade em razão do caráter personalíssimo de tal direito.

Diante das assertivas supra assinale:

A) Apenas uma está incorreta.
B) Somente II e III estão corretas.
C) Somente I e IV estão corretas.
D) Somente I e II estão corretas.
E) Todas estão corretas.

QUESTÃO 91 – O restaurante *"Delícias da Culinária Brasileira"* contratou o renomado *"chef"* Barbosa, publicando anúncio em jornal de grande circulação da cidade com publicidade da casa, utilizando o nome do *"chef"*, enaltecendo suas qualidades gastronômicas, entretanto sem obter a sua autorização.

A) Não cabe ao *"chef"* qualquer reparação visto que não houve exposição ao desprezo público.
B) Não cabe ao *"chef"* qualquer reparação em razão de que o contrato de trabalho tacitamente autoriza a divulgação do nome do empregado que trabalha com atendimento ao público.
C) Cabe ao *"chef"* o direito a reparação consubstanciada em indenização uma vez que não se pode usar o nome alheio sem autorização
D) Não havendo intenção difamatória, desnecessária a autorização do empregado, até mesmo porque não alberga o Código Civil tutela específica quanto ao nome de pessoa comum, o mesmo não ocorrendo quanto as pessoa de notório conhecimento e exposição pública.
E) Nenhuma alternativa está correta.

QUESTÃO 92 – Em relação às pessoas jurídicas, conforme previsão expressa do Código Civil, não está correta a alternativa:

A) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público submetidas a um regime de responsabilidade civil subjetiva quanto aos atos de seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros.
B) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
C) As fundações instituídas pelo Poder Público, se assim dispuserem as leis que as criarem, podem ter personalidade jurídica pública.
D) Os bens particulares dos sócios da pessoa jurídica responderão por dívidas de caráter alimentar da sociedade em razão da hipótese de abuso de personalidade jurídica, caracterizada pelo desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
E) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos, devendo os associados ter direitos iguais, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.

QUESTÃO 93 – Em se tratando da resolução do contrato por onerosidade excessiva, é certo afirmar:

A) Uma das partes pode pedir a resolução do contrato por onerosidade excessiva se a prestação tornou-se impossível, gerando o enriquecimento da outra parte, sempre com a aquiescência da outra parte.
B) À parte assiste o direito de pleitear a resolução do contrato, mas não a sua revisão.
C) A resolução poderá ser evitada, se o réu concordar em modificar eqüitativamente as cláusulas do contrato.
D) A resolução poderá ser pleiteada se a prestação ficou onerosa em razão de acontecimento imprevisto anterior à assinatura do contrato.
E) Os efeitos da sentença que decretar a resolução retroagirão à data da assinatura do contrato.

QUESTÃO 94 – Analise as seguintes assertivas e responda:

I. As obrigações de fazer, em razão de serem infungíveis, somente poderão ser executadas pelo próprio devedor, sendo, pois, *"intuitu personae"*.
II. Em se tratando de preferência e privilégio creditório, o crédito real prefere ao pessoal de qualquer espécie; o crédito pessoal privilegiado, ao simples; e o privilégio especial, ao geral.
III. O terceiro não interessado, que paga dívida em seu próprio nome, tem o direito a reembolsar-se do que pagar; mas não se sub-roga nos direitos do credor.

IV. O valor da cominação imposta na cláusula penal não poderá exceder o da obrigação principal, podendo ser alterada pelo magistrado caso a obrigação principal tenha sido parcialmente cumprida ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo em vista a natureza e finalidade do negócio.

A) Apenas a I está incorreta.
B) Apenas a IV está incorreta.
C) Apenas a I e a III estão incorretas.
D) Apenas a III e a IV estão incorretas.
E) Todas estão corretas.

QUESTÃO 95 – Em relação aos defeitos do negócio jurídico analise as proposições abaixo e responda:

I. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial em face das circunstâncias do negócio, erro este que poderia ser percebido pelo *"hominus medius"*.
II. O Código Civil prevê as seguintes hipóteses de erro substancial: a) erro sobre a natureza do negócio; b) erro sobre o objeto principal da declaração de vontade; c) erro sobre alguma qualidade essencial do objeto; d) erro relativo a identidade ou qualidade essencial da pessoa desde que a consideração pessoal fosse condição fundamental para efetivação do ato; e) erro de direito que não implica recusa à aplicação da lei e for o motivo único ou principal do negócio jurídico.
III. O dolo acidental, assim considerado aquele que leva a vítima a realizar o negócio, porém em condições mais onerosas ou menos vantajosas, sem afetar sua declaração de vontade, é vício do negócio jurídico que acarretará a anulação do negócio, além de obrigar a satisfação de perdas e danos.
IV. Não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial.

A) Todas as proposições estão corretas.
B) Estão corretas apenas as proposições I e II.
C) Estão incorretas apenas as proposições I e III.
D) Estão incorretas apenas as proposições II e IV.
E) Está incorreta apenas a proposição III.

QUESTÃO 96 – Verifique os enunciados abaixo à luz do direito das obrigações e responda:

I – Na obrigação solidária passiva, importará em renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou algum dos devedores.
II – Na obrigação de fazer fungível pode o credor, em caso de urgência, independentemente de autorização judicial, executar ou mandar executar o fato, sendo depois ressarcido.

III – Na solidariedade passiva, impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, para todos subsiste o encargo de pagar o equivalente; mas pelas perdas e danos só responde o culpado.
IV – O devedor que satisfaz a dívida por inteiro tem o direito a exigir de cada um dos co-devedores a sua quota, havendo presunção *"juris tantum"* da igualdade das partes dos co-devedores.

A – As alternativas I e IV estão incorretas.
B – As alternativas II e III estão incorretas.
C – As alternativas I, III e IV estão corretas.
D – As alternativas I e III estão incorretas.
E – As alternativas II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 97 – Assinale a alternativa correta em relação aos institutos da prescrição e da decadência.

A) Prescrita a pretensão a determinado crédito, não pode esse credor, em ação proposta contra si, para cobrança de outro, do qual é devedor, alegar a compensação como exceção.
B) O arquivamento de ações permite a interrupção da prescrição, ainda que tal fato ocorra por mais de uma vez.
C) Em face da novel regra do Código Civil, prescreve em três anos a pretensão do advogado para a cobrança de seus honorários, contado o prazo da conclusão dos seus serviços, da cessação do contrato ou do mandato.
D) Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida em lei ou quando for convencional.
E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

QUESTÃO 98 – Quanto à validade dos negócios jurídicos, considere as seguintes afirmações e responda:

I. É nulo o negócio jurídico quando apresente objeto impossível ou indeterminável.
II. É nulo e ineficaz o ajuste contratual que tem por objeto bem vinculado de inalienabilidade, feito sem autorização judicial, em razão da ilicitude de seu objeto.
III. É nulo o negócio jurídico celebrado com vício resultante de dolo, coação, estado de perigo ou fraude.
IV. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for, na substância e na forma.

A) Apenas I e III estão corretas.
B) Apenas II e IV estão corretas.
C) Apenas a alternativa III está incorreta.
D) Apenas as alternativas I e IV estão incorretas.
E) Nenhuma alternativa está correta.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

QUESTÃO 99 - Assinale a assertiva correta.

Francisco, com 16 anos de idade, conseguiu oportunidade para trabalhar em um circo e nele obter formação profissional. O emprego era essencial à subsistência de sua família, pois o seu pai era incapacitado para o trabalho. Diante de tal situação, o empregador solicitou autorização da autoridade competente, que:

A) Não autorizou, pois é proibido o trabalho de menor em espetáculos e no horário noturno.
B) Autorizou, pois o trabalho é essencial à subsistência de sua família.
C) Autorizou, pois o trabalho é educativo e essencial à subsistência de sua família, não apresentando riscos à sua saúde mental nem física.
D) Autorizou, por ser essencial à subsistência de sua família, mesmo apresentando certos riscos à sua saúde física.
E) Nenhuma as anteriores é correta.

QUESTÃO 100 - Analise as proposituras abaixo:

I. A empresa cumpre a sua cota do art. 429 da CLT, elaborando um convênio com uma entidade do terceiro setor, que tem como objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional.
II. A empresa cumpre a sua cota do art. 429 da CLT se contratar diretamente o menor aprendiz e fornecer o treinamento na própria empresa.
III. A empresa cumpre a sua cota do art.429 da CLT se registrar diretamente o aprendiz e possibilitar que a prática da aprendizagem seja realizada em entidade do terceiro setor que tem como objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, devidamente registrada no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
IV. A empresa cumpre a sua cota do art.429 da CLT possibilitando o exercício da aprendizagem em seu estabelecimento, realizando um convênio com uma entidade do terceiro setor que registre diretamente o aprendiz, desde que esta entidade seja devidamente registrada no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e que tenha como objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional.

Analisando-as, verifica-se:

A) Apenas a propositura III é a correta.
B) Somente as proposituras I e IV são corretas.
C) Apenas a propositura III é incorreta.
D) Apenas a propositura IV é a correta.
E) Todas são corretas.